

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.598.662 - SP (2019/0302797-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **ANDREA DA SILVA KROLL**
ADVOGADO : **LUCIANA STEVAUX VILLAÇA VIVIANI - SP175303**
AGRAVADO : **HOSPITAL DE CARIDADE SÃO VICENTE DE PAULO**
AGRAVADO : **MARCELO DE AZEVEDO E SOUZA MUNHOZ**
ADVOGADO : **ÉRICA BELLIARD SEDANO - SP130689**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. AUSÊNCIA OU OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO INTERNA NO ACÓRDÃO EMBARGADO. CONCLUSÃO NO SENTIDO DE QUE UMA PARTE RECORRIDA É ENTIDADE BENEFICENTE SEM FINS LUCRATIVOS, A QUAL RECEBE INCENTIVOS DO PODER PÚBLICO. LIDE PROPOSTA APÓS 2009 E COM VALOR DA CAUSA INFERIOR A 60 (SESSENTA) SALÁRIOS MÍNIMOS. DISSÍDIO INTERPRETATIVO NÃO DEVIDAMENTE FORMULADO. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu recurso especial interposto por ANDREA DA SILVA KROLL, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, no qual se insurgiu contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo assim ementado (e-STJ, fl. 560):

AÇÃO INDENIZATÓRIA Matéria que se enquadra na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública (art. 2º, § 4º, da Lei nº 12.153/09) Autora que atribuiu valor à causa menor do que 60 (sessenta) salários mínimos Reconhecimento da competência absoluta do Juizado Especial da Fazenda Pública, após o decorrido o prazo previsto no art. 23 da Lei nº 12.153/2009. Inteligência do Provimento CSM nº 2.321/2016. Competência recursal da Turma Recursal Cível ou Mista Art. 98, I, da CF, Lei Federal nº 12.153/09, Provimento CSM nº 2.203/2014 e Enunciado FONAJE nº 9 Precedentes desta Corte de Justiça. Não conhecimento do recurso, determinada a remessa dos autos ao Colégio Recursal da Fazenda Pública de Jundiá.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 405-409).

No recurso especial, a recorrente apontou, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 373, I, 489, § 1º, I, II e VI, 1.013 e 1.022, III, do novo CPC.

Esclareceu que se opôs ao acórdão que, mesmo após o julgamento dos embargos de declaração, permaneceu omissa acerca do argumento de que nenhuma das partes é pessoa jurídica para atrair o caso à apreciação do Juizado Especial da Fazenda Pública. Ponderou que os embargos de declaração não ostentariam caráter infringente, mas apenas buscavam corrigir o erro no envio da apelação para julgamento por órgão competente para apreciação de demanda pública, porquanto todos os envolvidos ostentam caráter privado e a causa se refere à reparação por erro médico (e-STJ, fls. 570-590).

Nas razões do agravo, a parte agravante impugna os fundamentos da decisão denegatória do recurso, reiterando, no mais, as razões do mérito recursal (e-STJ, fls. 677-695).

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 832-850).

Brevemente relatado, decido.

Não há nenhuma omissão ou mesmo contradição a ser sanada no julgamento estadual, portanto inexistentes os requisitos para reconhecimento de ofensa ao art. 1.022 do novo CPC.

O acórdão dirimiu a controvérsia com base em fundamentação sólida, sem tais vícios, o que não se confunde com omissão ou contradição, tendo em vista que apenas resolveu a celeuma em sentido contrário ao postulado pela parte insurgente. Ademais, o órgão julgador não está obrigado a responder a questionamentos das partes, mas apenas a declinar as razões de seu convencimento motivado, como de fato ocorreu nos autos.

Consoante a manifestações da segunda instância, a Vara da Fazenda Pública da Comarca de Jundiá é a competente para a apreciação da causa, pois a parte recorrida Hospital de Caridade São Vicente de Paulo é entidade beneficente sem fins lucrativos, que recebe incentivo do Poder Público.

Veja-se (e-STJ, fls. 649-650):

O v. aresto embargado apreciou expressamente as questões

suscitadas, explicitando, com clareza e objetividade, as razões que levaram o Órgão Julgador a, por votação unânime, não conhecer do recurso da autora, ora embargantes e determinar a remessa ao Colégio Recursal da Fazenda Pública da Comarca de Jundiaí. Como é perceptível, da atenta leitura do julgado, o tema aventado nestes embargos de declaração já foi decidido no v. acórdão embargado, notadamente em relação à inexistência de qualquer vedação expressa na Lei Federal nº 12.153/09, bem como o reconhecimento da competência plena e absoluta do JEFAZ, para a apreciação do recurso da embargante (fls.561/564).

Outrossim, conforme se verifica da documentação acostada aos autos, o Hospital de Caridade São Vicente de Paulo, é entidade beneficente sem fins lucrativos, que recebe incentivo do Poder Público (fl. 251).

Além disso, constou que a questão em debate estaria afeta à competência absoluta do Juizado Especial da Fazenda Pública, nos termos da Lei Federal n. 12.153/2009, pois a lide foi manejada após 2009 e o valor da causa não ultrapassaria o *quantum* de 60 (sessenta) salários mínimos.

Nota-se (e-STJ, fls. 564-565):

Dessa forma, o Juízo da Fazenda Pública local é, pois, competente para processamento dos feitos da competência disciplinada na Lei nº 12.153/2009 (Juizado Especial da Fazenda Pública), nos termos do artigo 8º, inciso II, do Provimento CSM nº 2.203/14, considerando que não há na Comarca, Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública instalada.

Assim sendo, não é caso de anular a r. decisão recorrida, mas a competência para apreciação dos recursos é das denominadas Turmas

Recursais referidas pelo artigo 98, inciso I, da Constituição Federal, quais sejam, as específicas para o julgamento de recursos nos feitos previstos na Lei Federal nº 12.153/09, ou, enquanto não instaladas, em se tratando de Comarcas do Interior, as Turmas Recursais Cíveis ou Mistas, nos termos do artigo 35, inciso II, do Provimento CSM nº 2.203/2014.

[...]

Ante o exposto, não se conhece do recurso, declina-se da competência, com determinação de remessa ao Colégio Recursal da Fazenda

Pública da Comarca de Jundiaí, pois constante do site do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a existência deste Órgão Julgador.

Dessa forma, não se verifica omissão ou contradição interna no acórdão então embargado, razão por que é incabível a suscitada violação. Além disso, percebe-se que o dissídio interpretativo não foi devidamente efetivado nos termos regimentais, afastando,

Superior Tribunal de Justiça

também, o conhecimento do recurso com suporte em divergência jurisprudencial.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator